

ENSAIO

Entre corpos e territórios: a luta pela terra entre os Guarani-Kaiowá e Terena em Mato Grosso do Sul

AILA V. BOLZAN

Universidade Federal do Paraná (UFPR), Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia (PPGAA), Curitiba - Paraná, Brasil.
<https://orcid.org/0000-0002-6665-4467>
ailavillela@gmail.com

LETICIA FERNANDES

Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), Guarapuava - Paraná, Brasil
<https://orcid.org/0000-0003-2511-4509>
leticiafer138@gmail.com

Corpo, território, cosmologia, memória e conflito são elementos que se entrecruzam na captura de chaves analíticas comuns às pesquisas etnográficas dos trabalhos e autores escolhidos para este ensaio. Tratamos aqui das obras *Do corpo ao pó: Crônicas da territorialidade Guarani e Kaiowá nas adjacências da morte*, oriunda da dissertação de mestrado de Bruno Martins Moraes, defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP, publicada em 2017 pela editora Elefante (em 2020, na versão digital), e da tese de doutorado *Vukápanavo: O despertar do povo Terena para os seus direitos. Movimento indígena e confronto político*, de Luiz Henrique Eloy Amado, apresentada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional na UFRJ, publicada em 2020 pela editora E-papers.

A escolha de ambos os trabalhos está atrelada à identificação da existência factual de certa correlação entre os livros, não se restringindo apenas às similitudes do que foi pesquisado no campo da Etnologia Indígena, mas na ocorrência justaposta da proximidade que há nos caminhos (territorialidades, tempo e espaço) vividos e percorridos pelos autores. Somado a isso, a premiação das pesquisas pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), dada a Moraes,

como melhor dissertação de mestrado no Concurso Anual de Obras Científicas e Teses Universitárias em Ciências Sociais, em 2016; e a menção honrosa dada a Amado, na categoria Tese de Doutorado no concurso de Teses e Dissertações, em 2020, exprimem a relevância de suas contribuições no campo da Antropologia e, como um todo, das Ciências Sociais.

Luiz Eloy Amado (2020: 16-35), de pronto, abre o seu trabalho com altivez, invocando a sua própria trajetória biográfica enquanto Terena, da Terra Indígena Taunay-Ipegue, localizada em Aquidauana (MS), que, aos poucos, emaranha-se à educação e à formação acadêmica junto aos *purutuyê* e *puxarará*¹. Com muitos questionamentos quanto às suas escolhas e posição frente aos seus parentes e diversos atores sociais, sua caminhada começa na aldeia, segue para a cidade, chega à universidade, ao direito, às instituições jurídicas, às assembleias indígenas e ganha vigor diante da necessidade de somar-se à frente de resistência indígena, articulada além-mar, para enfrentar a estrutura fundiária sob uma política territorial historicamente autodeclarada anti-indígena. Atualmente, sua luta pela defesa dos direitos dos povos originários se dá a partir do cargo de Secretário-Executivo do recém-criado Ministério dos Povos Indígenas

Bruno Moraes (2020) é formado em Direito, mas o que o levou ao Mato Grosso do Sul, sobretudo aos acampamentos indígenas e às adjacências da morte Guarani e Kaiowá, foi sua atuação na causa indígena. Desde a sua primeira passagem por lá, demonstrou acuidade e sensibilidade para compreender etnograficamente quais os sentidos da violência vivida por eles, a morte/assassinato crescente de pessoas Kaiowá e Guarani nos acampamentos à beira de estradas, nos territórios tradicionais transformados em fazendas e no suposto suicídio coletivo que tomou conta das redes e mídias sociais, entre 2011 e 2012.

Parte-se de um lugar em comum: o “cerco”. O ensaio toma-o como um ponto de partida entre outros possíveis, por estar presente nos dois trabalhos. O “cerco” é entendido por Moraes como algo além das reservas indígenas criadas pelo Estado, das cercas das propriedades que os apartam dos territórios tradicionais, mas também como “[...] um projeto colonial de reorganização do espaço e do sistema social que passa pelo corpo [...]” (Moraes, 2020: 81). Isso feito a partir do estabelecimento de missões religiosas, da divisão em lotes nas reservas, do estabelecimento da polícia indígena e das prisões. Partindo da proposta de Antônio Carlos de Souza Lima, para Amado, o cerco vai se configurando com a implantação do sistema colonial na América, com a Guerra do Paraguai que culminou no “esparramo” Terena e a expropriação de suas terras no século XIX, se consolidando no século XX com expedientes estatais e o exercício do poder tutelar com o objetivo de assimilação, dominação e desterritorialização. Nesse sentido, as incontáveis situações de violência vivenciadas por representantes indígenas Guarani e Kaiowá e Terena, em Mato Grosso do Sul, atrelam-se à imagem de uma “cerca” que vai se estruturando em “cerco”.

Neste sentido, o presente ensaio busca dar conta de fragmentos sobre a vida dos pesquisadores e das diferentes formas que eles percebem o “furo ao cerco” na comunidade e nas pessoas com as quais se relacionam em suas trajetórias, transformando os sentidos que lhes são dados. Com origens distintas, uma indígena e outra não indígena, e partindo de formações acadêmicas próximas, o Direito e a Antropologia, como os autores dialogam por meio de suas vivências e pesquisas?

1 De acordo com Amado (2020: 78) *purutuyê* seria a corruptela na língua Terena de “aquele que fala o português”, termo mais utilizado atualmente em relação ao termo *puxarará* (não indígena), este último utilizado no passado pelos mais velhos e refere-se ao homem e a mulher branca. *Puxarará* seria também uma referência ao som produzido pelo trovão e o temor que os Terena sentiam por ele demonstrando uma relação de medo sentido diante do colonizador não indígena.

Não é nenhuma novidade que o contato interétnico e a política indigenista orquestrada por agentes não indígenas incidem-se sobre os corpos e territórios de pessoas Guarani e Kaiowá e Terena há mais de cinco séculos, e que vêm sendo sentidos por diferentes gerações e comunidades. No entanto, como esses processos ganham vida ou mesmo a morte dentro e fora do “cerco”?

Com uma escrita simples e direta e, em diversas passagens, com tom poético, ambos marcam a tentativa bem-sucedida de descrever etnograficamente o “chão da aldeia” em seus livros. Os Terena e os “acampamentos de beira de estrada” e os Guarani e Kaiowá pelas “retomadas”, nas antigas reservas administradas pelo Serviço de Proteção ao Índio – SPI e suas adjacências, reúnem e sustentam redes, corpos e caminhos e, ao mesmo tempo, protagonizam o contraponto a essa teleologia da política de extermínio indígena. Tanto nas linhas quanto no próprio corpo dos autores, as suas pesquisas em Antropologia ganham a forma nativa do *Vukápanavo*² e do *isonêuti*³, no caso de Amado; e do *Tekoharã*⁴ para Morais.

Tracejando o “cerco” Guarani e Kaiowá e Terena é fruto de uma reflexão sobre como os autores logo no início dos seus trabalhos procuraram dar conta de fazer uma revisão crítica sobre a história, a bibliografia e os processos que levaram e ainda levam à administração de corpos e territórios indígenas em Mato Grosso do Sul, de duas etnias distintas, sendo os Terena pertencentes ao tronco linguístico Aruák e os Guarani e Kaiowá, pertencentes ao tronco Tupi Guarani.

No segundo momento, entrelaçam-se os autores em suas respectivas obras nos caminhos percorridos por ambos, em trajetórias semelhantes e alteridades distantes, também demonstradas em pessoas, coisas e lugares que lhes são comuns. Por último, o “furo ao cerco” toma forma através das retomadas e dos Conselhos Indígenas, como dispositivos de resistência que articulam não só os pesquisadores aos Guarani e Kaiowá e Terena, mas também os Guarani e Kaiowá aos Terena entre si, assim como o contexto sócio-histórico da territorialidade de ambas as etnias e suas respectivas comunidades

Trajetórias semelhantes, alteridades distantes

Nas descrições etnográficas tecidas nas relações dos autores com representantes dos Guarani e Kaiowá ou Terena são percebidos modos de transformação de sentido para furar o “cerco”, tornando os respectivos trabalhos cheios de imagens e cenários expressivos, que envolvem situações vivenciadas em seus campos de pesquisa. Como uma transparência de acetato, é possível colocar seus textos tracejando experiências semelhantes: a da história dos corpos indígenas no eixo sul e noroeste de Mato Grosso do Sul, do repertório jurídico e antropológico de Morais (2020) e Amado (2020), da incursão e atuação no Conselho Indigenista Missionário – Cimi e da inspiração no antropólogo, indigenista e historiador

2 *Vukápanavo* está na abertura da pesquisa de Amado (2020: 9) e é um termo da língua Terena que, traduzido para o português, denota a ideia de “avançar!”. Para este autor do povo Terena, a palavra carrega “um chamado à ação nos processos de luta pela terra e faz alusão a um momento do ritual *Kobixoti- Kipáe* (dança da ema) em que os dançantes figuram o avanço das emas (animal do cerrado, sagrado na mitologia Terena – Oliveira, 2016)”.

3 Pensamento Terena que reflete o pertencimento e a alteridade, está relacionado às considerações finais do trabalho de Amado (2020: 227-238).

4 Conforme as definições trazidas por Morais (2020), *tekoharã* consiste numa categoria nativa que expressa as relações espaço-temporais intrínsecas à territorialidade Kaiowá e Guarani. Essa é categoria que articula passado, presente e futuro, mediante a retomada de territórios tradicionais. A categoria *tekoharã*, conforme o autor, vem ganhando popularidade nas retomadas efetivadas no Mato Grosso do Sul, cuja junção do termo *Tekoha* com a designação de futuro – *rã*: terra futura. O autor ainda traz a definição de Meliá *et al.*, (1998: 131 *apud* Morais, 2020), podendo significar “o lugar em que viveríamos segundo os nossos costumes” ou “o lugar que queremos viver segundo os nossos costumes” (Morais, 2020: 169).

Antônio Brand. Somam-se a estes, o testemunho e a participação nas retomadas, da reflexão sobre o “cerco” e o “furo ao cerco”, do pensamento nativo que dá sentido à existência aos corpos, à vida e a morte, à territorialidade e à política indígena.

Sobre a trajetória dos autores, Bruno Martins Morais iniciou seus trabalhos com os povos indígenas em 2013, junto ao Cimi, durante o mestrado, em um contexto de acirramento de ataques de empresas de segurança privada sobre os indígenas, mais especificamente aos Guarani e Kaiowá. Diante da busca pela terra, entendida pelos indígenas como territórios-corpos, o autor visava etnografar como agiam as elites agropecuárias. Porém, devido ao contexto conflituoso e à morte de indígenas, o pesquisador acabou conhecendo os acampamentos Guarani e Kaiowá, se debruçando sobre o *Tekoha Apyka’i* e a líder do movimento, Dona Damiana. Ela, ao longo de sua vida e na luta pelo território, acumulava sucessivas perdas de seus entes e uma forte resiliência, que a mobiliza na continuidade da luta pelas terras onde foram enterrados seus pais, marido e filhos⁵.

A perplexidade do autor diante da morte que circundava o acampamento no passado-presente (através dos relatos dos que já se foram e, na ocasião em que lhe foi apresentado um fêmur retirado de uma cova rasa) lhe possibilitou, de forma sutil e visceral, abordar a morte conforme os indígenas foram lhe relatando sobre a sua onipresença nas lutas territoriais, em um movimento persistente de deslocamentos no interior da terra reivindicada. Cercados pela cana, pelos caminhões, tratores, rodovias e seguranças armados, a esses elementos, contrapunham os Guarani e Kaiowá apenas os corpos e seus elementos espirituais, tais como seus *yvyra’i*, “[...] vara em torno da qual se dança, no momento da reocupação fincados no solo” (Molina, 2018: 275).

Já Amado traz inscrito em seu corpo e pensamento as lutas de gerações anteriores e de sua luta pessoal para alcançar o local ao qual chegou: advogado e antropólogo Terena, possibilitando-lhe falar tanto junto a seu povo quanto entre os *purutuyê* (brancos), nas assembleias, nos juizados e, mais recentemente, junto ao Supremo Tribunal Federal. Amado saiu jovem da aldeia, passando a residir na cidade com sua mãe e irmãs, para conseguir concluir seus estudos.

Nota-se que, entre os anos de 2012 e 2014, cumprindo papéis semelhantes, Morais e Amado tiveram os seus caminhos entrelaçados ao do Cimi, em Mato Grosso do Sul. A organização, presente no estado com a sua assessoria jurídica aos povos indígenas, além de publicar anualmente o Relatório Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil, com dados sobre violações de direitos a essas populações, convidou ambos para atuarem na região. Somou-se ao acompanhamento dos Kaiowá e Guarani e Terena, como representantes e assessores jurídicos da entidade, a presença do historiador e indigenista Antonio Brand, o qual se tornou fonte de inspiração em suas trajetórias de pesquisas.

Uma vez que a sua bagagem de atuação e pesquisa junto às populações indígenas em Mato Grosso do Sul merece destaque, foi através do incentivo de Antonio Brand, à época coordenador do programa Rede de Saberes, que Amado pôde participar ativamente do programa e perceber a importância da conclusão do curso de Direito, para lutar junto a seu povo. A parceria com o historiador na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) desdobrou-se na orientação de sua pesquisa de mestrado no Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Local em Contexto de Territorialidade. Para o autor,

5 Dona Damiana faleceu aos 84 anos, em 2023. Até o momento não foi concluído o processo de demarcação do *Tekoha Apyka’i* em Dourados-MS.

a dissertação é considerada como o “grito de guerra” da comunidade indígena de Taunay- Ipegue, cujo título inclui uma expressão nativa Terena sobre a luta pela terra: “*Poké’exa úti*: o território indígena como direito fundamental para o etnodesenvolvimento local” (Amado, 2020: 17-20).

Assim como Amado, Moraes dedica atenção especial a um breve encontro que teve com o professor indigenista que fora coordenador do Cimi-MS. Ainda que esse encontro tenha se dado bem antes de ter proposto o seu projeto de pesquisa, para além dos agradecimentos, os escritos de Moraes carregam as impressões desse momento por todo o texto. A contribuição das pesquisas antropológicas, historiográficas e do indigenismo sul-mato-grossense é reconhecida, impulsionada pela figura de Brand, sendo, segundo ele, a coautoria, ainda que póstuma, de seu próprio trabalho.

Para Moraes (2020: 20), os dados alarmantes apresentados pelo Cimi que denunciava um “surto epidêmico de violência entre os indígenas” que, segundo ele, ia do assassinato de lideranças ao suposto suicídio coletivo de pessoas Kaiowá e Guarani, levaram-no a formular e reformular o seu problema de pesquisa. Diante da impossibilidade e do risco de penetrar as fazendas para compreender como o agro-negócio estaria manejando a violência contra os indígenas, em 2012, enquanto seguia o protocolo de carreira previsto para a profissão – de estágio de Direito em um escritório de advocacia em São Paulo –, foi o próprio Cimi que lhe abriu o caminho para ter o primeiro contato com os Kaiowá e Guarani.

Entre novembro de 2013 e julho de 2014, Moraes (2020) recebeu a incumbência

da organização católica baseada na teologia da libertação, que há cinquenta anos mobilizava os Guarani e Kaiowá, a fim de acompanhar os processos penais em curso contra as lideranças indígenas. Seu papel seria monitorar as ações cíveis dos litígios fundiários que chegavam ao Tribunal Regional Federal. Em Mato Grosso do Sul, passou a relacionar-se diretamente com as demandas do *Aty Guasu* – Grande Assembleia dos Povos Kaiowá e Guarani, prestando assessoria jurídica nas ações judiciais, mas também ultrapassando relações tecidas para além de sua condição de advogado.

Em 2011, um ano antes de iniciar o mestrado, ao passar no exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Amado recebeu o convite para trabalhar como assessor jurídico do Cimi em Mato Grosso do Sul. Segundo ele, desde então, colocou-se assiduamente junto aos povos indígenas de Mato Grosso do Sul, sobretudo com os Terena, Kaiowá, Guarani, Kadiwéu e Kinikinau. Nos primeiros anos dessa atividade, o advogado indígena se colocou na defesa das organizações Conselho *Aty Guasu* Guarani e Kaiowá e Conselho do Povo Terena (Amado, 2020: 18).

Partindo de suas experiências na defesa dos direitos indígenas, os autores trazem ao leitor um panorama denso do circuito de violência contra os Terena, Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul e suas resistências ao cerco, cujo processo é marcado por mortes e onde cada corpo abatido e sangue derramado se convertem em potências em suas lutas pela terra.

Tracejando o “cerco” Guarani e Kaiowá e Terena

Revisando criticamente narrativas e bibliografias sobre a história dos ancestrais dos indígenas Terena e Guarani e Kaiowá, os primeiros capítulos dos dois livros apresentam um panorama histórico sobre o projeto do “cerco”, que foi estrategicamente delineado nos territórios e territorialidades frontei-

riças de Mato Grosso do Sul em relação às etnias abordadas por Amado (2020: 37-72) e Morais (2020: 37-92). A respeito da acepção da categoria “cerco”, adotada por eles, justapõem-se em leituras e usos aproximados. Para Morais,

[...] me valho do termo ‘cerco’ e não confinamento, primeiro por acreditar que o termo sugere de maneira mais concreta os que se passa nas terras Kaiowá e Guarani, cortadas de todos os lados de arames; segundo, por crer que o termo expressa melhor os movimentos implicados na colonização: ‘confinamento’ sugere uma certa aceitação por parte dos confinados; enquanto o cerco só existe se houver, como há, a insistência em furá-lo (Morais, 2020: 86).

Já para o pesquisador indígena Terena,

Desde a análise do sistema colonial que estava sendo implantado na América, passando pelo acontecimento da grande guerra que culminou no esparramo Terena, na destruição de várias aldeias antigas e na posterior expropriação de seus territórios, os Terena foram impactados por diferentes formas de exercer o poder nas mais variadas relações interétnicas, seja com outros povos indígenas, seja com os *puxarará* (Amado, 2020: 78).

Apesar de Amado (2020) não mencionar especificamente a ideia de “furo ao cerco”, ao longo da sua pesquisa, o próprio *Vukapánavo* (despertar para os seus direitos, que dá nome a tese) pode ser lido como a não aceitação do poder exercido sobre os seus corpos e territórios e as estratégias de mobilidade acionadas por eles para enfrentar o *puxarará*, o som do trovão.

Na seara sobre como se delineou, e se delineia, o “cerco”, são referenciados as missões católicas e o regulamento das missões, as terras devolutas da companhia da exploração de erva mate, os fortes militares e fazendas de pecuária gestadas em consequência da guerra da tríplice aliança (Guerra do Paraguai), o *esparramo*, as misturas, caminhos entrelaçados e que conectam os corpos e os territórios Terena e Guarani e Kaiowá.

O “cerco”, segundo Morais tem efeitos sobre a população Kaiowá que ultrapassam a dimensão fundiária. Ele impôs uma nova disciplina da pessoa, dos corpos, no trato com os mortos, na espiritualidade e também trouxe a fragmentação das redes de parentesco. Para o autor, as definições em torno do “cerco” territorial e seus efeitos são operadas pelos Guarani e Kaiowá a partir de dois conceitos nativos, “*sarambi*” e “*jopara*”, que remontam tanto a noções temporais, como crítica histórica nativa (Morais, 2020: 86).

O primeiro deles, *sarambi*, é entendido como o “espalhamento” das famílias Guarani e Kaiowá, decorrente de situações variadas, como a pressão sobre os territórios tradicionais promovida pelos missionários e colonos, doenças, abertura de fazendas e a própria política indigenista. Esses fatores implicaram na desagregação dos grupos familiares muito antes de se instalarem nas reservas: “[...] as parentelas mais extensas ou são aquelas que lograram se reconstituir ali, baixo aquelas condições; ou são as sobreviventes desse processo de ‘esparramo’, a que os índios chamam *sarambi* [...]” (Morais, 2020: 71).

O segundo conceito nativo abordado pelo autor, *jopara*, é entendido como a “mistura”, cujo sentido percorre as noções de corpos, sementes, parentelas e espiritualidades que passaram a conviver

no interior do “cerco” nas reservas, cujo inchaço populacional implica na impossibilidade de um distanciamento espacial mínimo para o estabelecimento de novas parentelas, necessárias para o bem viver Guarani (Morais, 2020: 70).

Para além do tensionamento nas relações entre os vivos, a mistura também incide no equilíbrio entre vivos e mortos. Tal como relatado a Moraes por Dona Alda, Kaiowá da Reserva de Dourados “[...] nem vivos, nem mortos possuem espaço, vivem todos misturados (*idem*: 20)”. Sendo a morte tema recorrente em sua etnografia, para os Guarani e Kaiowá o equilíbrio da vida na terra depende das relações com os mortos, implicando na necessidade de proximidade para que seja realizada uma série de cuidados, desde a escolha dos cultivares, da entoação dos cantos tradicionais *porahei*. Embora próximos da morte e dos mortos, também há a necessidade de uma certa distância, sob o risco da perturbação de espíritos que podem desestabilizar o equilíbrio da vida, sobretudo pelos *anguéri*.

Com o aumento demográfico nas reservas indígenas, a expansão dos cultos evangélicos, a impossibilidade da expansão das parentelas e a formação de novos fogos familiares, o autor aponta que o acampamento é a possibilidade da vida em comunidade para além do “cerco” (Morais, 2020: 70-71).

Sem cair no risco de uma romantização das retomadas, marcadas por assentamentos precários que impõem condições extremas à vida humana, os acampamentos são entendidos por Moraes (2020) como um espaço subversivo à disciplina do “cerco”, ou seja, como o local onde se busca colocar em prática a religião tradicional e, inclusive, onde muitas vezes são reproduzidas as unidades sociológicas típicas da sociedade Kaiowá.

Em suas análises sobre o despertar Terena, Amado (2020) utilizou o sentido ontológico de fazer Direito para os Terena, alinhando-se ao que Hooldbraad e Pederson (2017) sugerem ao afirmar que é possível deixar que os próprios materiais etnográficos e os modos nativos de produzir mundos sejam a fonte de todas as reflexões (Puga, 2017: 06).

As reivindicações que circundam a antropologia ontológica envolvem a compreensão de que a abordagem pressupõe gerar conceitos e considera seriamente os encontrados em campo. Foca-se em múltiplas realidades, indo além dos sistemas de conhecimento, ideias relacionadas à natureza, à realidade, ao ser e ao fazer estabelecidas (Venkatesan, 2019, *online*). Nessa perspectiva metodológica, o entendimento dos autores para os processos de mobilização e confronto político levados a cabo pelos Terena, bem como pelos Guarani e Kaiowá efetuados sobretudo pelas retomadas, são um modo próprio de se fazer garantir direitos.

São ações próprias que visam garantir direitos e também produzir direitos. Não aquele direito positivado, que o Estado reivindica sua produção exclusiva, mas o direito entendido como relação social que nasce do chão batido da aldeia, embaixo do pé de manga, que irradia nas retomadas, que ganha porte físico nos corpos indígenas que são ofertados voluntariamente como sacrifício no momento de romper a cerca da fazenda que nos separa do *poké' exa úti* (Amado, 2020: 129).

Tomando o conceito de Barnes (1987) de rede social, Amado afirma que as retomadas são marcadas por conexões que se articulam a partir do Conselho Terena, da *Aty Guasu* e demais parceiros que

visam romper com o “cerco” imposto pelo Estado e retomar suas formas próprias de vida, de cultivos e espiritualidade.

De modo semelhante, Morais demonstra que os acampamentos, entre os Kaiowá, são locais marcados pela circulação de pessoas, coisas, afetos, substanciados no compartilhamento de sementes (milho, feijão, ramas de mandioca) e no deslocamento de rezadores. Essa solidariedade se estende também entre acampados e outros parceiros, tais como organizações indigenistas, assembleia *Aty Guasu* e entre parentelas estabelecidas nas reservas.

Além disso, as memórias são indissociáveis das retomadas, sobretudo nas fazendas em que muitos Terena deixaram boa parte de suas vidas e de suas trajetórias, como sensivelmente demonstra Amado (2020), ao trazer os relatos dos mais velhos (avô, pai, tios, entre outros). Essas memórias remontam tanto a momentos de dor, em que recordam os espaços em que eram impedidos de circular, da privação aos acessos à água e à coleta de guavira.

Eu mesmo constatei a emoção do ancião da Aldeia Ipegue, Seu Nelson Botelho, ao entrar, pela primeira vez na vida, na sala de visitas da Fazenda Esperança, mesmo depois de ter trabalhado ali durante trinta anos. No ano de 2013, esta fazenda foi retomada pela comunidade indígena; e, após o Tribunal de Justiça reconhecer o direito da comunidade em permanecer na área em questão, fomos ao local fazer uma diligência. Quando ingressamos no interior da casa-sede da fazenda, junto com vários anciãos, Seu Nelson ficou visivelmente emocionado. Com um suspiro profundo, tirou o chapéu, olhou para o teto do imóvel e disse: “Nunca pensei que um dia entraria nesta casa-sede” (Amado, 2020: 71).

Para o autor, as retomadas materializam a ruptura com esse passado de servidão nas fazendas e, nas primeiras ações efetuadas, surgiram outros atores sociais e novas formas de exercer controle e disciplina sobre eles, confrontando diretamente com as “formas estatais e não estatais” (Amado, 2020: 164). São formas de rearranjos em relação ao “cerco” sobre os Terena e Guarani e Kaiowá, sobretudo diante da força e potência das assembleias e conselhos desdobrados no furo ao “cerco”, que ganhavam corpo de 2012 em diante.

Pode ser uma decisão judicial de reintegração de posse, um inquérito instaurado na polícia federal, uma notícia no jornal acusando os índios, uma carta aberta de entidades indigenistas em solidariedade aos indígenas, um chamado de alerta nas redes sociais, uma manifestação do Ministério Público, o fazendeiro contratando seguranças armados e, até mesmo, a carta da comunidade dando a sua versão dos fatos (Amado, 2020: 164).

Amado (2020) descreve sobre como a morte de um Terena em 2013, Oziel Gabriel, durante uma ação de reintegração de posse feita pela polícia federal na retomada da Terra Buriti, atrelou o sangue à terra e à mobilização das comunidades: “relato esse fato porque o acontecido na Terra Buriti desencadeou uma intensa mobilização das outras comunidades Terena. Como afirmou Arildo Terena, “o sangue Terena foi derramado na terra” (Amado, 2020: 154). Uma das consequências, a retomada da Fazenda Esperança entre a comunidade de Taunay-Ipegue, à qual Amado e seus parentes pertencem,

marca a força que as retomadas adquiriram junto aos Conselhos e Assembleias Terena, arranjando velhas e novas memórias sobre o “cerco”.

Como esperado, a retaliação aparece com força nas experiências etnográficas de ambos os autores sobre as ações das comunidades. O chamado “leilão da resistência”⁶ colocou-se sobre eles em diversas áreas de retomada, englobando tanto os territórios Guarani e Kaiowá, quanto os Terena. Moraes (2020: 134-153) também relata a perseguição das empresas de segurança privada, que se orquestraram, a mando dos proprietários das fazendas, para devolver a morte aos Guarani e Kaiowá, por meio de ataques repentinos na calada da noite, atropelamentos de crianças e adultos, além do envenenamento nas plantações do entorno. No guarda-chuva da articulação dos ruralistas do Mato Grosso do Sul, a “prática de constituir milícia armada para promover ataques aos povos indígenas não era novo. O que se apresentava como novo era como as coisas estavam sendo organizadas de modo explícito” (Amado, 2020: 165).

Organização para as retomadas: conselhos e pessoas

Frente às urgências produzidas a partir de situações como a do “leilão da resistência” e de tantas outras, Moraes e Amado, por serem advogados, tornaram-se agentes e aliados fundamentais para a defesa jurídica dos territórios e dos corpos indígenas em Mato Grosso do Sul. Somando-se às reuniões locais, partindo de suas experiências junto às lideranças e movimentos indígenas de retomada, um importante espaço no trabalho de ambos é dedicado aos conselhos dos povos Guarani e Terena.

Reunidos em instâncias que agregam lideranças, anciãos e jovens, os Conselhos Indígenas – entre os Guarani, a *Aty Guasu* (grande assembleia) e o Conselho Terena –, foram formados a partir de organizações indígenas para deliberações sobre assuntos diversos. O Conselho Terena seria a retomada dos Conselhos Tribais dos anos 1980, importantes dispositivos que articulavam os caciques em torno de questões pertinentes às comunidades nas aldeias e à política indigenista nacional, além do movimento indígena também articulado à União das Nações Indígenas (UNI).

Assim, a instância política Conselho Tribal é um elemento fundamental na organização social do povo Terena. Desde os tempos imemoriais, há registros dessa instância política, que sobrevive até os dias de hoje. Nas aldeias, atualmente, todos os caciques possuem o seu conselho tribal, formado por conselheiros que o ajudam a administrar a comunidade. Esses conselhos deliberam sobre diversos assuntos referentes à comunidade, bastando o cacique convocar por meio de ofício ou por provocação de qualquer membro da comunidade (Amado, 2020: 142).

Para esses dois povos, em Mato Grosso do Sul, os Conselhos têm uma grande relevância, sendo discutidos e deliberados em grandes Assembleias assuntos sobre saúde, educação e as retomadas de terras. Inclusive, Amado (2020) afirma que, desde as primeiras experiências do Conselho Terena, lideranças Guarani foram chamadas a participar das Assembleias Terena para compartilhamento de suas experiên-

⁶ Em 2013, a Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul (Acrissul), Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul), com o apoio e presença de parlamentares vinculados aos setores do agronegócio no Congresso Nacional, organizaram um leilão para arrecadar fundos destinados à contratação de empresas de segurança privada e armada, que atuariam na “defesa” contra as retomadas indígenas.

cias, sendo essa organização pensada a exemplo do Conselho *Aty Guasu*, e que sempre contam com lideranças de outras etnias, como um espaço de diálogo.

Desde as primeiras assembleias Terena, o Conselho *Aty Guasu* Guarani-Kaiowá tem participado com número significativo de lideranças, anciãos e jovens. A própria estrutura do conselho foi pensada tendo como exemplo o Conselho *Aty Guasu*. Nas primeiras reuniões, as lideranças Terena contaram com reflexões importantes trazidas por Otoniel Ricardo, liderança Guarani. Outro registro importante é o fato de as Assembleias Terena sempre contarem com a participação de lideranças de outros povos indígenas no sentido de compartilhar experiências (Amado, 2020: 147).

No escopo das redes de trocas de experiências políticas e de consolidação dos Conselhos, o protagonismo da liderança Guarani, Otoniel Ricardo, é mencionado em ambos os trabalhos. Em Amado (2020), Ricardo aparece como importante articulador político das Assembleias e Conselhos Terena e Guarani e Kaiowá. No trabalho de Moraes (2020), é ele quem dá importantes pistas a respeito da relação do corpo e da terra na escatologia Kaiowá e Guarani, demonstrando que o corpo faz parte do local, ao mesmo tempo em que o pó escatológico acaba se misturado à terra após a morte, assim como nas relações de parentesco tecidas com os seus parentes em vida em que você se mistura aos seus: “Se bem entendo, ele estava me explicando que durante a vida as atividades da pessoa vão sediando o corpo no terreno, vão mesclando-o com a terra, até o ponto que ele se confunde com a mesma” (Moraes, 2020: 214).

Territorialidade indígena: aspectos sócio-históricos

Cada autor, a seu modo, traz informações acerca da territorialidade Guarani e Kaiowá e Terena, seu desterro e reterritorialização. A Guerra do Paraguai, na segunda metade do XIX, foi um dos marcos iniciais do processo de desterro de ambas as etnias, que se estendeu no decorrer do século XX. Ambas estão inseridas num contexto regional bastante próximo: os Guarani no Centro-Sul e os Terena na região do Chaco pantanal sul mato-grossense. Os Guarani e Kaiowá, após a Guerra do Paraguai, tiveram suas terras distribuídas para a companhia Matte Larangeiras e, posteriormente, redistribuídas para a agropecuária extensiva, facilitadas por políticas de governo e SPILTIN/SPI. Essa divisão de terras não levou em conta os direitos adquiridos com a Lei de Terras de 1850.

No caso dos Terena, houve uma participação expressiva deles na guerra, seja como soldados, fornecedores de víveres e proporcionando abrigo e armas recolhidas nas batalhas a favor das tropas brasileiras. Com o final da guerra, seus territórios localizados no Chaco pantanal foram ocupados por ex-combatentes, comerciantes, e redistribuídos para atividades agropecuárias pelo SPI e governo estadual. A participação Terena na guerra visava a regularização das terras por eles ocupadas em sucessivas gerações.

Para além da obtenção do território físico e das categorias administrativas do Estado, são intrínsecas as relações entre solo, sangue e os Guarani e Kaiowá e Terena, frente a esses territórios e corpos. Embora despojados de suas terras, e em situações “incompreensíveis”, ao invés de aceitarem o “cerco” nas aldeias e terras indígenas, muitos continuam a viver em fazendas, mantendo o vínculo com o território tradicional, de modo que as retomadas sempre ocorrem em locais nos quais há uma memória: uma antiga

aldeia, um local de passagem, caminhos percorridos, locais onde eram realizadas suas rezas e onde se pode cuidar dos seus mortos.

Para Amado (2020: 224), os [...] Terena mantêm seu vínculo de pertencimento, ou como é costume na aldeia: ali está enterrado o seu umbigo [...], o *isonêuti*, o pensamento Terena e sua corporalidade também se inscrevem no território. Por outro lado, ele está dentro e fora da aldeia, uma vez que tanto o pertencimento quanto a alteridade compõem este pensamento. A alteridade seria a capacidade que os Terena demonstram de se apropriarem de outros símbolos e que, acionados pelas lideranças, possibilitam a abertura de diálogo, de ouvir o outro e compreender as suas próprias relações.

Desta maneira, os capítulos 03 e 04, coincidentemente em ambos, dão corpo à política Terena e ao território-corpo Guarani, enquanto modos de resistir ao “cerco” e dar continuidade a sua existência. A revisão histórica apresentada nos primeiros capítulos soma-se às vivências transformadas em relatos etnográficos. As narrativas e percepções nativas aparecem diretamente acionadas por eles ao longo dos capítulos finais, na chave da estrutura fundiária sedimentada num processo de colonização que se inscreveu e ainda se inscreve sobre as vidas indígenas.

Os dois autores discorrem sobre como o corpo e o pensamento sustentam os acampamentos, as retomadas, e que ainda sim, a partir deles e com eles, permitem sonhos e criam linhas de fuga. Corpo e pensamento são formas de devolver aos Guarani e Kaiowá e Terena o seu próprio território, sem “cerca”, “furando o cerco”.

Considerações finais

Longe de esgotar as possibilidades de leituras desses trabalhos, o ensaio trouxe à tona algumas percepções acerca de temas relevantes para o campo da Antropologia. *Tekoharã* e *Vukapánavo* estão na chave de dar continuidade às formas de existência desses povos, na vida ou na morte, em diferentes corpos e territórios, possibilitando que também sejam retomadas suas formas de vida e do bem viver.

Corpo e território se misturam. Com a morte, o sangue, o couro e os ossos se misturam ao solo e, em vida, os corpos dão suporte às retomadas. São eles que dançam, rezam, lutam, que furam o “cerco” do Estado e das cercas, imprimindo suas próprias concepções de direitos sobre a terra e sobre o território, como demonstrado magistralmente pelos autores, cujas trajetórias aparecem entrecruzadas.

Aila Villela Bolzan é Doutoranda em Antropologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

FINANCIAMENTO

Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)

Leticia Fernandes é Mestre em Antropologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Especialista em Indigenismo na Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai).

AGRADECIMENTOS

À Edilene Coffaci Lima, professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia (PPGAA) da UFPR, a qual nos propôs durante a pandemia da covid-19 uma disciplina em que os autores e as obras aqui ensaiadas iluminaram as nossas problemáticas de pesquisa.

REFERÊNCIAS

- Amado, L. H. E. (2020). *Vukapánavo: O despertar do povo Terena para os seus direitos. Movimento indígena e confronto político*. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: E-papers. [Versão Digital].
- Hoolbrad, M., & Pedersen, M. A. (2017). *The Ontological Turn: An Anthropological Exposition* (New Departures in Anthropology. P. I). Cambridge: Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/9781316218907>
- Molina, L. P. (2018). Morais, Bruno M. 2017. Do corpo ao pó. Crônicas da territorialidade Kaiowá e Guarani nas adjacências da morte. *R@U Revista de Antropologia da UFSCAR*, 10(2), 272-277. <https://doi.org/10.52426/rau.v10i2>
- Morais, B. M. (2020). *Do corpo ao pó: crônicas da territorialidade kaiowá e guarani nas adjacências da morte*. São Paulo, SP: Editora Elefante. [Versão Digital].
- Puga, F. (2021). Refletindo diferenças: virada ontológica e questões etnográficas. *Cadernos de Campo*, 30(2), 1-24. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v30i2pe181847>
- Souza Lima, A. C. (1995) *Um grande cerco da paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Venkatesan, S. (2019). Debate: Ontologia é apenas outra palavra para cultura (Parte 1) – Introdução, por Soymhua Venkatesan. Tradução do debate do debate da GDAT, Ontology is just another word for culture, *Critique of Anthropology*, 30 (2), 152-200. *labemus*. [Versão Digital]. <https://doi.org/10.1177/0308275X09364070>

ENTRE CORPOS E TERRITÓRIOS: A LUTA PELA TERRA ENTRE OS GUARANI-KAIOWÁ E TERENA EM MATO GROSSO DO SUL

Resumo: Este ensaio bibliográfico coloca em perspectiva comparada chaves de leitura dos livros de Bruno Martins Morais (2020), *Do corpo ao pó: Crônicas da territorialidade Guarani e Kaiowá nas adjacências da morte*, e de Luiz Henrique Eloy Amado (2020), *Vukápanavo: O despertar do povo Terena para os seus direitos. Movimento indígena e confronto político*, indígena da etnia Terena. Sendo o primeiro originado da dissertação de mestrado, e o segundo, da tese de doutorado, ambos em Antropologia. Os dois autores, antropólogos e advogados, dedicam-se à compreensão do “cerco” diante da perspectiva do corpo, do território, da territorialidade e da retomada entre os Guarani e Kaiowá (analisado por Morais) e dos Terena (por Amado). Complexas e robustas, as páginas escritas ganham a atenção no campo dos estudos ameríndios, cujos territórios-corpos dos Guarani e Kaiowá e Terena se colocam como a base de suas reflexões etnográficas.

Palavras-chave: Territorialidade; Guarani-Kaiowá; Terena; Movimento Indígena.

BETWEEN BODIES AND TERRITORIES: THE STRUGGLE FOR LAND BY THE THE GUARANI-KAIOWÁ AND TERENA IN MATO GROSSO DO SUL

Abstract: This bibliographical essay puts into comparative perspective the books by Bruno Martins Morais (2020), *Do corpo ao pó: Crônicas da territorialidade Guarani e Kaiowá nas adjacências da morte* (*From the body to the dust: Chronicles of Guarani and Kaiowá territoriality in the vicinity of death*), and by the indigenous of the Terena ethnicity Luiz Henrique Eloy Amado (2020), *Vukápanavo: O despertar do povo Terena para os seus direitos. Movimento indígena e confronto político* (*Vukápanavo: The awakening of Terena people to their rights. Indigenous movement and political confrontation*). The first comes from a master's and the second from a doctoral final paper, both in Anthropology. The authors, also anthropologists and lawyers, are dedicated to the understanding of the “siege” from the perspective of the body, territory, territoriality and the resumption among the Guarani and Kaiowá (analyzed by Morais) and the Terena (by Amado). Complex and the robust, the written pages gain attention in the field of Amerindian studies, whose body-territories of the Guarani and Kaiowá and Terena are the basis of their ethnographic reflections.

Keywords: Territoriality; Guarani-Kaiowá; Terena; Indigenous Movement.

ENTRE CORPOS Y TERRITORIOS: LA LUCHA POR LA TIERRA ENTRE LOS GUARANI-KAIOWÁ Y TERENA EN MATO GROSSO DO SUL

Resumen: Este ensayo bibliográfico pone en perspectiva comparativa los libros de Bruno Martins Morais (2020), *Do corpo ao pó: Crônicas da territorialidade Guarani e Kaiowá nas adjacências da morte* (*Del cuerpo al polvo: Crônicas de la territorialidad Guarani y Kaiowá en torno de la muerte*), y del indígena de la etnia Terena, Luiz Henrique Eloy Amado (2020) *Vukápanavo: O despertar do povo Terena para os seus direitos. Movimento indígena e confronto político* (*Vukápanavo: El despertar del pueblo Terena a sus derechos. Movimiento indígena y enfrentamiento político*). El primero se origina como producción de máster y la segunda de doctorado, ambos en Antropología. Los autores, antropólogos y juristas,

se dedican a entender el “cerco” desde la perspectiva del cuerpo, del territorio, de la territorialidad y de la retomada entre los Guaraní y Kaiowá (analizados por Moraes) y los Terena (por Amado). Complejas y robustas, las páginas escritas llaman la atención en el campo de los estudios amerindios, cuyos cuerpos territorios de los Guaraní y Kaiowá y Terena son la base de sus reflexiones etnográficas.

Palabras clave: Territorialidad; Guaraní-Kaiowá; Terena; Movimiento Indígena.

SUBMETIDO: 08/02/2023

APROVADO: 04/11/2023

PUBLICADO: 30/01/2025



Este é um material publicado em acesso
aberto sob a licença *Creative Commons*
BY-NC